

O Combate do Sabugal no Contexto da 3ª Invasão Francesa. A Natureza Humana no Campo de Batalha.

Dr.
José Alexandre Ribeiro de Sousa



Apresentação

Wellington apelidou este reencontro bélico como: “[...] *um dos mais gloriosos combates das tropas britânicas*”¹, no entanto, pouca atenção tem sido dispendida² pela nossa historiografia na análise do acontecimento em questão, sendo apenas episodicamente referido no âmbito da retirada das tropas de Massena antes das mesmas transporem a fronteira portuguesa. Gostaríamos, nessa óptica, de dar outro fôlego a tal matéria, mas não, de momento, ao nível das respectivas movimentações tácticas³, mas sim, centrada na componente humana dos beligerantes, procurando, de algum modo, justificar e descodificar as peculiares palavras de Lord Wellington.

O combate do Sabugal teve lugar da parte da manhã do dia 3 de Abril de 1811, no contexto da retirada das tropas de Massena em direcção à fronteira após o impasse protagonizado pela impossibilidade de transpor as Linhas de Torres, e num conjunto de escaramuças e pequenos combates com a vanguarda do exército anglo português⁴. Mas antes de avançarmos na nossa explanação importa, de modo breve e sucinto, elaborar uma sùmula dos acontecimentos que anteriormente ocorreram e que tanto marcaram a História e a historiografia de Portugal.

Introdução

Sendo assim, e recuando até 1789, Portugal vivia a experiência do Iluminismo, com a classe dirigente ansiando pela modernidade, onde o sistema parlamentar inglês ia ganhando adeptos, sem nunca por em causa o regime monárquico estabelecido. Foi com tranquilidade que se assistira ao eclodir da Revolução Francesa (tanto em Portugal como na restante Europa), um tempo em que a *Gazeta de Lisboa* era ansiosamente aguardada e avidamente lida, na busca do acontecimento mais recente⁵.

Mas rapidamente essa calma e esperançosa expectativa dera lugar a um estado geral de inquietação após os desenvolvimentos sociais dessa mesma Revolução, cujo epílogo seria a condenação à morte do rei Luís XVI em Janeiro de 1793. Para Portugal a situação político diplomática avizinhava-se complicada e tendo em conta o potencial adverso de um futuro conflito armado, nesse mesmo ano, assina dois tratados de mútua ajuda e protecção, com Espanha em Julho e em Setembro com Inglaterra.

Será igualmente em Setembro desse mesmo ano que, flanqueado por estes recentes Tratados, Portugal participa da campanha do Rossilhão ao lado das tropas espanholas na tentativa de deterem o exército francês. Como é conhecido, a campanha resvala para o duplo desastre, militar e diplomático, na medida em que, e de forma sigilosa, Espanha ter assinado unilateralmente a paz com a França deixando Portugal como o único contentor em questão militarmente activo. Este novo reposicionamento espanhol, de maior sintonia com a França revolucionária, irá culminar na “Guerra das Laranjas”, em 1801⁶.

Portugal estaria assim, de certa forma, a ser penalizado pela aliança que mantinha com a coroa britânica (tendo em vista a normal fluidez do seu comércio ultramarino) e a não adesão ao decretado Bloqueio Continental em Novembro de 1806, apenas viria a agravar a animosidade francesa. No ano seguinte as partes avançam com diferentes soluções políticas, se por um lado, Portugal assina novamente (Outubro Novembro de 1807) com a Inglaterra uma convenção, Espanha, através do tratado de Fontainebleu assinado com a França (Outubro), procede a um eventual espartilhamento de Portugal em caso de invasão conjunta, que de todo parecia eminente.

Portugal Invadido

Mesmo antes da assinatura do Tratado de Fontainebleu, Napoleão, desde Agosto desse mesmo ano, vinha concentrando tropas em Baiona sob o comando do general Junot, ex embaixador em Lisboa, cujos efectivos atingiriam um total de 28 000 homens. Esse exército sairia de Baiona em Outubro com instruções para seguir em direcção à fronteira portuguesa onde se deveria reunir com forças espanholas com vista à posterior anexação do País.

A marcha decorre sem incidentes de maior até Salamanca, no entanto, em Outubro, aquando da entrada em território português, por Segura, a moral do exército francês começava a vacilar como consequência da deficiente distribuição de víveres, da falta de munições, do cansaço das marchas prolongadas e das péssimas vias de comunicação que se lhes deparavam. Num estado precário, a vanguarda de Junot atinge a capital no dia 3 de Novembro para constatar que a família real tinha recentemente embarcado rumo ao Brasil, impossibilitando, deste modo, a sua prisão e subsequente decapitação política do reino.

Mas Junot e o respectivo exército, entretanto espartilhado pelas principais regiões, não se quedam muito tempo por Portugal devido a um gradual levantamento da população,

incentivada que estava, pela recente sublevação espanhola contra a ocupação levada a cabo por Napoleão nos inícios de 1808. A juntar a esta revolta popular, tropas inglesas comandadas por Wellington desembarcam a 1 de Agosto em Lavos, Figueira da Foz.

Após desenvolvimentos militares vários, entre os quais, as batalhas da Roliça e do Vimeiro (17 e 20 de Agosto, respectivamente), a presença das tropas francesas em Portugal tornava-se insustentável, agravada pelo facto de terem as linhas de comunicação cortadas pela revolta espanhola. Esta situação levou à assinatura, no final de Agosto em Sintra, de uma convenção entre Junot e as tropas britânicas para a sua evacuação.

Napoleão não viria a desistir da Península, e após a derrota em Bailén, concentrou novamente (Outubro) efectivos em Baiona com vista a nova incursão além Pirenéus, ordenando que, posteriormente, o marechal Soult com 24 000 soldados invadisse novamente Portugal, desta feita, pelo Minho⁷. Mas rapidamente as pretensões do Imperador saíram goradas, pois, se antes da invasão Napoleão esperava que Soult estivesse em Lisboa antes do dia 16 de Fevereiro de 1809, só em finais desse mesmo mês é que o exército francês ultrapassa a fronteira, não na planeada localização (Caminha), mas em Chaves. A juntar à dificuldade em transpor o rio Minho, estão as bem organizadas forças portuguesas comandadas pelo general Bernadim Freire de Andrade que atrasam consideravelmente a marcha francesa em direcção ao Porto.

Esta cidade viria a cair a 29 de Março, não permanecendo em mãos alheias muito tempo, pois, já em Maio, Soult bate em retirada acossado no seu percurso pelas tropas anglo portuguesas finalizando deste modo a 2ª invasão francesa.

Como é sobejamente conhecido, e enquanto as tropas inglesas permanecessem estacionadas em Portugal, Napoleão não olvidava esforços no sentido de as desalojar, e para tal, em Julho do ano seguinte, um exército comandado por Massena, o “*filho querido da Vitória*”⁸, secundado por Junot e Ney, avança para a fronteira beirã com o intuito de, novamente, alcançar Lisboa.

Após o cerco e subsequente tomada das praças de Ciudad Rodrigo e Almeida, entre Julho e Agosto, as tropas francesas avançam para o seu objectivo, que nem o desfecho desfavorável da batalha do Buçaco, a 27 de Setembro, lhe turvaram o passo. Entretanto, e recuando uns meses, até Novembro do ano anterior, Wellington, precavendo uma eventual 3ª invasão, ordena a fortificação da península de Lisboa, apoiada pelo relevo pronunciado da região a Norte da capital. Tal empreendimento militar virá a ser conhecido pelas *Linhas de Torres*; Linhas essas que em Outubro de 1810 impediram o exército francês de concretizar os seus intentos.

Devido a esse impasse, Massena recua para uma posição mais segura e menos exposta, entre Tomar, Torres Novas e Santarém, posições que viria, no ano seguinte, a abandonar por constatar a impossibilidade de lhe serem enviados reforços de Espanha. Essa retirada, que não sendo sua intenção, mas devido às vicissitudes por ela geradas,

torna se numa retirada geral do território português.

Após esta nossa viagem pelos principais acontecimentos que antecederam o tema proposto para este artigo, importa agora analisar essa mesma retirada, não na óptica percorrida dos acontecimentos militares, mas nos factores que a tornaram tão penosa, tanto para perseguidos como para perseguidores.

Abastecimentos e provisões

Um dos principais elementos da moral de um exército em campanha é a distribuição regular e organizada da sua alimentação, pois, numa época em que a mobilidade dos contingentes militares assentava na capacidade física das suas unidades para realizarem, ou não, marchas que poderiam atingir 50Km por dia, a ingestão de calorias e proteínas em quantidade suficiente afigurava se central.

Os exércitos em confronto possuíam diferentes filosofias na abordagem ao problema da sua intendência, por um lado, o exército britânico, que não procurando hostilizar a população do teatro onde operava, comprava os víveres necessários; em contrapartida, os exércitos napoleónicos, faziam da requisição o seu *modus operandi*, e se nos diplomas legais a requisição era secundada de um reembolso, rapidamente, com as agruras da guerra, tal afigurava se impossível⁹.

Estes dois sistemas de abastecimento apresentam variados defeitos e virtudes. As requisições francesas trariam maior mobilidade aos seus soldados, dispensando os longos comboios logísticos e uma maior economia monetária (visto a figura do “reembolso” ter sido rapidamente esquecida). Por outro lado, as mesmas estariam sempre condicionadas pela existência em quantidade suficiente para alimentar milhares de homens, o que em regiões pobres e maltratadas, como o caso de Portugal em 1811, afigurava se bastante complicado. De salientar o facto de este sistema não ser do agrado das populações, por razões facilmente compreensíveis.

No sistema de compras britânico, compensava se pecuniariamente a população, no entanto, encarecia em demasia as campanhas pois o sistema de transportes seria igualmente suportado. Não raras vezes, em 1811, os carroceiros contratados fugiam com o abastecimento¹⁰, pelas razões que iremos aduzir nas linhas seguintes.

Sabendo do recurso francês à intensa pressão sobre os recursos naturais de víveres, Wellington implementa uma estratégia para os negar ao exército invasor, fazendo deslocar a população rural da sua linha de marcha e destruindo os seus campos agrícolas, ou seja, o país via assim o aumentar das suas privações, tanto devido à acção de Massena como à estratégia das tropas britânicas. De igualmente salientar o facto de essa população, deslocada e impedida de agricultar os seus campos, necessitaria de ser alimentada, aumentando sobremaneira a pressão logística.

Em 1810 o País encontrava-se com as suas estruturas produtivas no limite, para não dizer, exauridas de tanta pressão. O ano de 1810 tinha sido um mau ano agrícola, afectado por algumas calamidades naturais, como o excesso de cheias na Lezíria do Tejo (celeiro do Reino)¹¹. Havia 3 anos que largos exércitos operavam e estacionavam em Portugal, levando Wellington a importar cereais dos Estados Unidos e reduzindo a quantidade de palha dada aos cavalos¹². O gado muar disponível, estava alocado ao exército (trens de artilharia) e ao sistema de transportes, em vez de estar nos campos a trabalhar. Esta situação era complementada com a ausência de vias de comunicação terrestres em bom estado, dificultando ainda mais a deslocação dos víveres.

Esta carestia, aquando da 3ª Invasão, era generalizada entre todos os intervenientes, das tropas portuguesas às francesas, passando naturalmente pelas britânicas. A este respeito, alguns relatos são bastante elucidativos, como o estado das tropas portuguesas relatado pelo oficial inglês Napier em Março de 1811: “[...] o governo português não alimenta nem abastece regularmente as suas tropas [...]”¹³ e ainda: “[...] as brigadas [portuguesas] do general Pack e do coronel Ashworth [...] estão actualmente sem comida vai para 4 dias. Grande quantidade morria de inanição nas estradas, mas, para salvá-las da destruição, os abastecimentos britânicos foram com eles partilhados”¹⁴.

Igualmente em Março de 1811, o capitão Kincaid alertava que: “Estamos actualmente há 3 dias sem qualquer espécie de pão e praticamente sem carne, que logo adquiriria um gosto terrível [...]”¹⁵.

No exército francês a situação era em tudo semelhante e, entre outros apontamentos, o general Koch revela-nos, não só a penúria dos seus soldados, como a situação agrícola e demográfica da Beira, novamente em Março de 1811: “Recebi a ordem do dia que nos ameaça de passar alguns dias de repouso no deserto que nos instalámos. Parece-me que tomar semelhante decisão é querer aniquilar o exército. As tropas não têm que comer e estão acampadas à chuva, sem meios para construir abrigos nem lenha para acender fogueiras. E é nesta situação que lhes oferecem descanso! Os soldados vêm pedir-me pão, mas eu nem para mim o tenho. Duvido que se possa arranjar-lo pilhando: estamos, pois, reduzidos a morrer de fome... É urgente sair destes desertos para chegar a uma região onde se possa comer”¹⁶.

Resumindo, com a conjugação de diversos factores, como a fraca aptidão agrícola dos solos portugueses, o abandono demográfico dos campos e a sua posterior devastação pelas sucessivas campanhas militares, intempéries, etc., fazem com que todos os exércitos fiquem com as suas propostas estratégicas fortemente condicionadas, como fica patente na paragem forçada das tropas aliadas: “A 16 os aliados pararam, parcialmente devido à ausência de pontos de passagem do Ceira, parcialmente devido à exaustão extrema das tropas, que sofreram maiores privações que o inimigo”¹⁷, para não falarmos do sofrimento causado à população civil, obrigada a deslocar-se e a passar pelas maiores privações.

Para finalizarmos esta parte, e como mais um exemplo elucidativo do interior rural do

Portugal do séc. XIX, desta feita, da Beira Baixa, ficam nos as palavras do general Thiébault: *“Desgraçado do exército que, mesmo bem organizado e numa estação favorável, entrar em Portugal por ali sem vir bem munido de rações e sem tomar precauções variadas. Arrisca se a incalculáveis desastres e quase de certeza a uma total destruição [...]”*¹⁸.

A caminho da fronteira

Com a fronteira espanhola a poucos dias de distância, e após breves combates em Pombal, na Redinha, Condeixa e em Casal Novo, no contexto da retirada, as tropas de Massena no dia 28 de Março encontravam-se estacionadas na região da Guarda. Esta paragem, para além do natural descanso às tropas, iria igualmente permitir o fabrico de rações em Salamanca para o exército¹⁹ e o recobro (tentativa) de parte da moral dos seus soldados. Pelo menos assim o desejava Massena, que instrui os seus subordinados para partirem somente no dia 30 de Março.

Mas a 29, Wellington, após uma breve pausa na pressão exercida sobre os franceses²⁰, resolve desalojá-los da Guarda e, ainda de madrugada, faz avançar cinco colunas vindas pela estrada de Celorico. É dado o alarme, e nas primeiras horas da manhã, Massena vê-se forçado a abandonar a sua posição antecipadamente e partir em direcção ao Côa, instalando-se em redor do actual concelho do Sabugal.

O marechal não acreditava que os objectivos imediatos britânicos passassem pelo confronto directo, mesmo sendo advertido pelos seus generais²¹, no entanto, a partir de 2 de Abril, as intenções inglesas são claras para o quartel general francês, pois, às 17h, destacamentos avançados perscrutam a margem esquerda do rio Côa em busca de caminhos e vaus de passagem (sendo acompanhados, na margem oposta, por algumas companhias de atiradores destinadas a monitorizarem as actividades dos ingleses) e nessa mesma noite o número de fogueiras nas imediações a norte do Sabugal, impressionava.

A nível emocional, seria durante a retirada de território hostil que mais sofriam os exércitos e respectivos soldados, em virtude, e dito de maneira desarmadamente simplista, marchavam de costas voltadas para a eventual resposta do inimigo. Por se saber dessa vulnerabilidade, os exércitos ao longo dos séculos, organizavam a retaguarda com as melhores tropas, e Massena não foge à regra, fazendo deslocar para aí o Corpo do marechal Ney. Vão ser as suas tropas que, com brilhantismo, irão sustentar os ataques da vanguarda britânica, nos acima citados combates, que antecederam a instalação do exército no Alto Côa.

Sabugal, 3 de Abril de 1811

Segundo Wellington, e após o prévio reconhecimento dos pontos de passagem para a

margem direita do Côa e do dispositivo tático do inimigo, o ataque deveria desenrolar-se em várias fases de modo a isolar o 2º Corpo de Reynier, que estacionara nas imediações do Sabugal, das restantes forças francesas. Ataque esse levado a cabo por todo o exército aliado, 30 mil homens no total.

Assim, e de acordo com o plano gizado, a 6ª Divisão deveria permanecer defronte do vau da Rapoula do Côa e assim prender as tropas de Loison aí estacionadas, na margem oposta; enquanto se executavam vários movimentos de envolvimento a sul do Sabugal com a Divisão Ligeira, as duas Brigadas de cavalaria e a 3ª Divisão. A Divisão Ligeira e as duas Brigadas de cavalaria, comandadas temporariamente por William Erskine, deveriam passar bastante a montante do Sabugal, na direcção de Quadrazais, de modo a cortarem a retirada a Reynier pela estrada de Alfaiates. A 3ª Divisão deveria passar igualmente um vau a montante do Sabugal, mas somente a 1,5 Km de distância e, finalmente, a 5ª Divisão passaria na ponte da referida povoação. A 1ª e a 7ª Divisões permaneciam na retaguarda em apoio²².

Às primeiras horas da manhã do dia 3 de Abril este plano é posto em marcha, apesar do forte nevoeiro que desde cedo se fez sentir.

Na região em redor do Sabugal é frequente a ocorrência de nevoeiros, devido, em parte, à sua orografia, em parte, à proximidade do rio Côa, transmitindo nos nevoeiros fortes e húmidos. Vai ser este nevoeiro que irá subverter a acção previamente delineada, como iremos ver.

Assim, a Divisão Ligeira, ao invés de se encontrar nas imediações de Quadrazais, encontrava-se, para seu desconhecimento, parada num vau de condições difíceis perto do Sabugal. O nevoeiro, que se tinha revelado um aliado no processo da movimentação, revelava-se agora traiçoeiro, na medida em que, com este engano, a Divisão Ligeira iria entrar em confronto directo com tropas numericamente superiores estacionadas na margem oposta. No entanto, o nevoeiro “[...] favoreceu nos na medida em que impediu o inimigo de ver a nossa diminuta força [...]”²³.

Após uma hesitação inicial, a 1ª Brigada da Divisão Ligeira, comandada por Sidney Beckwith, atravessa o vau com a água a atingir a cintura dos seus soldados “[...] enquanto as balas dos postos avançados do inimigo assobiavam na água à nossa volta [...]”²⁴.

No meio desta refrega, ainda com as tropas encharcadas pela passagem do Côa, subitamente “[...] uma pesada e escura chuva começa a cair, sendo de todo impossível distinguir, por momentos, amigos de inimigos”²⁵.

Temos, assim, um combate pautado pela extrema influência dos Elementos nas movimentações das tropas, sendo necessário aos soldados agressores sobreporem, à disciplina tática, a sua própria disciplina e profissionalismo, bem como, outros factores menos quantificáveis, como a coragem, audácia e valentia; para fazer face a uma situação

por eles não controlável. Em traços gerais²⁶, o combate desenrolou se numa encosta arborizada (carvalhos) e nos planaltos adjacentes, pautado por avanços e recuos, cargas de baioneta, conquista de peças de artilharia (neste caso, um morteiro francês), etc., ou seja, um combate muito marcado pela luta próxima, por intenso contacto entre soldados, e é nas palavras de Thomas Garrety, soldado do 43º Regimento, que está parte da explicação para a afirmação de Wellington, “[...] eu estava anormalmente excitado, e lidava com as feridas e com a destruição com total despreocupação. No caminho em direcção ao inimigo, toda a preocupação com a minha auto preservação foram esquecidas”²⁷.

Das palavras de Wellington também não pode ficar dissociado o facto de grande parte da refrega ter sido suportada pela 1ª Brigada de Beckwith e isso reflecte se nas baixas, pois, de um total de 162²⁸ baixas, 105 foram da 1ª Brigada.

Para concluirmos, temos de assinalar a imprevisibilidade da natureza humana quando confrontada com situações que colocam em causa a sua própria existência física, pois, e descontando essa mesma imprevisibilidade, o exército inglês estaria destinado a fracassar em virtude de, face às condições climatéricas, os seus planos se terem gorado, enfrentando um exército numericamente superior, controlando um terreno elevado. É ainda nas palavras de Thomas Garrety que encontramos uma possível justificação para semelhante comportamento: “Esta exemplar conduta é explicada em parte pela noção do extremo perigo em que nos encontrávamos [...]”²⁹. Assinalámos ainda a extrema irregularidade da distribuição de alimentos e provisões a ambos os contentores, com a qual ficámos igualmente elucidados para o estado em que se encontrava Portugal após 2 sucessivas campanhas militares.

Imagem 1.
Combate do Sabugal



Bibliografia

(A maioria destas obras poderá ser encontrada no *google books* em formato digital)

- Dias, M. Costa, *O serviço de subsistências no exército Anglo Luso*, Lisboa, 1913.
- Garrety, Thomas Benjamin, *Memoirs of a Sergeant Late in the 43rd Ligth Infantry Regiment*, Londres, 1835.
- Horward, Donald David, *The French Invasion of Portugal, 1810 1811*, University of Minnesota, 1962.
- Kincaid, John, *Adventures in the Rifle Brigade in the Peninsua, France, and The Netherlands, from 1809 to 1815*, Londres, 1830.
- Koch, General, *Memórias de Massena. Campanha de 1810 e 1811 em Portugal*, Livros Horizonte, 2007.
- Napier, William, *History of the War in the Peninsula and in the South of France, 1807 1814*, vol. II, Carey and Hart, Philadelphia, 1842.
- Oman, Charles, *A History of the Peninsular War*, Oxford, 1911.
- Stothert, William, *The Campaign of 1809, 1810, 1811 in Spain and Portugal*, 1812.
- Nova História Militar de Portugal*, direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. 3, Círculo de Leitores, 2004.

* Licenciado em História. Mestrando em “História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa” na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

1 William Napier, *English Battles and Sieges in the Peninsula*, p. 88.

2 Excluindo algumas obras de carácter local onde apenas nos prestam pequenas descrições. Entre as quais, Joaquim Manuel Correia, *Memórias sobre o Concelho do Sabugal*.

3 Trabalhadas com meritório rigor por Charles Oman na: *A History of the Peninsular War*.

4 Para um melhor e aprofundado acompanhamento desta matéria é vasta a bibliografia, destacando se a recente *Nova História Militar de Portugal*, pp. 90 147.

5 António Pires Nunes, «Portugal e o Novo Conflito Armado Emergente da Revolução Francesa» in *Nova História Militar de Portugal*, p. 33.

6 Para mais informações sobre esta campanha, destacam se, António Ventura, *A Guerra das Laranjas*, Prefácio, 2004 e Manuel Amaral, *Olivença*, Tribuna da História, 2004.

7 António Pires Nunes, «A Segunda Invasão Francesa», in *Nova História Militar de Portugal*, p. 76.

8 António Pires Nunes, «A Terceira Invasão Francesa», in *Nova História Militar de Portugal*, p. 92.

9 M. Costa Dias, *O serviço de subsistências no exército Anglo Luso*, p. 4.

10 Idem, *ibidem*, p. 94.

11 M. Costa Dias, *O serviço de subsistências no exército Anglo Luso*, p. 77.

12 Idem, *ibidem*, p. 78.

13 William Napier, *History of the War in the Peninsula and in the South of France, 1807 1814*, vol. II, p. 298. Tradução livre do autor em todas as citações. Vertidas do inglês para o português.

14 Idem, *ibidem*.

- 15 John Kincaid, *Adventures in the Rifle Brigade in the Peninsula, France, and the Netherlands, from 1809 to 1815*, p. 62.
- 16 General Koch, *Memórias de Massena. Campanha de 1810 e 1811 em Portugal*, p. 205. Carta do general Marchand para Ney, citada nas referidas *Memórias*.
- 17 William Napier, *History of the War in the Peninsula and in the South of France, 1807 1814*, vol. II, p. 298.
- 18 António Pires Nunes, «A Primeira Invasão Francesa» in *Nova História Militar de Portugal*, pp. 44 45.
- 19 John Kincaid, *Adventures in the Rifle Brigade in the Peninsula, France, and the Netherlands, from 1809 to 1815*, p. 213.
- 20 Para dar igualmente descanso às suas tropas, bastante desgastadas. Wellington com isto não abandonou a perseguição, apenas abrandou a pressão bélica sobre a retaguarda inimiga.
- 21 General Koch, *Memórias de Massena. Campanha de 1810 e 1811 em Portugal*, p. 217.
- 22 Charles Oman, *A History of the Peninsular war*, vol. IV, pp. 190 191.
- 23 John Kincaid, *Adventures in the Rifle Brigade in the Peninsula, France, and the Netherlands, from 1809 to 1815*, p. 68
- 24 John Kincaid, *Adventures in the Rifle Brigade in the Peninsula, France, and the Netherlands, from 1809 to 1815*, p. 67.
- 25 Thomas Benjamin Garrety, *Memoirs of a Sergeant Late in the 43rd Ligth Infantry Regiment*, p. 125.
- 26 Como já mencionámos, não iremos neste trabalho aludir à sequência dos movimentos dos contentores em questão, remetendo o leitor para a obra de Charles Oman, pp. 191 197.
- 27 Thomas Benjamin Garrety, *Memoirs of a Sergeant Late in the 43rd Ligth Infantry Regiment*, pp. 128 129.
- 28 Seguiremos a proposta apresentada por Charles Oman, pp. 616 617.
- 29 Thomas Benjamin Garrety, *Memoirs of a Sergeant Late in the 43rd Ligth Infantry Regiment*, p. 128.